

Anexo V - Termo de Responsabilidade pelo Cumprimento da Legislação Aplicável ao Projeto Arquitetônico – TAR para Projeto Modificativo de Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova

Somente poderá ser solicitado PROJETO MODIFICATIVO nos casos em que houve Alvará de Aprovação e Execução emitido através do procedimento APROVA RÁPIDO.

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1. Proprietário (ou possuidor):	
1.2. CPF/CNPJ:	
1.3. Responsável técnico pelo projeto:	
1.4. CREA/CAU:	
1.5. Responsável técnico pela obra:	
1.6. CREA/CAU:	
1.7. Endereço da obra:	

2. ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO PARA ESTANDE DE VENDAS		
	SIM	NÃO
2.1. É prevista a implantação de estande de vendas no imóvel? Se 'sim', deverá ser informado no preenchimento do Requerimento <i>On Line</i> . Necessária apresentação de: <input type="checkbox"/> Declaração (Anexo I da Instrução Normativa nº 004/SEL-G/2019).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. DADOS DO ALVARÁ	
	APROVAÇÃO/EXECUÇÃO
3.1. Número do processo:	
3.2. Número do alvará:	
3.3. Data da publicação:	

4. O ENQUADRAMENTO NO APROVA RÁPIDO IMPLICA EM RESPOSTA “NÃO” EM TODOS OS ITENS RELACIONADOS		
	SIM	NÃO
4.1. O projeto ultrapassa os limites e condições estabelecidas no Art. 21 do Decreto nº 57.776/17 que regulamentou o Art. 27 da Lei nº 16.642/17?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.2. O empreendimento está sujeito à apresentação de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA, Estudo Ambiental Simplificado – EAS, Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD, Estudo/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA e/ou Memorial de Caracterização do Empreendimento- MCE?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5. DOCUMENTOS E CONSULTAS PRÉVIAS OBRIGATÓRIAS

	SIM	NÃO
5.1. Título de Propriedade (art. 4º da Lei nº 16.642/17): <input type="checkbox"/> Proprietário: inciso I do art. 5º do COE (documentação relacionada no item 2.1 da Portaria nº 221/SMUL-G/2017), <input type="checkbox"/> Possuidor: inciso II do art. 5º do COE (documentação relacionada no art. 6º da Lei nº 16.642/17).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.2. Representação do proprietário e do possuidor (item 2.2 da Portaria nº 221/SMUL-G/2017).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.3. Ficha técnica, contendo os dados cadastrais do imóvel, emitida por SMUL/CASE e dentro do prazo de validade de 60 dias a partir da data da emissão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.4. Altura da edificação com restrição imposta pela Aeronáutica? Necessária anuência prévia de SRPV: <input type="checkbox"/> Declaração de inexigibilidade de aprovação no COMAER, ou <input type="checkbox"/> Ofício com a anuência do COMAER quanto ao gabarito pretendido no projeto.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6. DOCUMENTOS DE APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA (quando contemplados no Alvará de Aprovação)		
	SIM	NÃO
6.1. O empreendimento está sujeito ao atendimento da cota de solidariedade: <input type="checkbox"/> Atende no próprio lote (§1º do Art. 112 da Lei nº 16.050/14), ou <input type="checkbox"/> Atende uma das alternativas listadas no §3º do Art. 112 da Lei nº 16.050/14, regulamentado pelo Decreto nº 56.538/14: <input type="checkbox"/> Produzirá EHIS em outro terreno: necessária apresentação do protocolo do pedido de aprovação do projeto das unidades de HIS em outro imóvel, ou <input type="checkbox"/> Doará terreno de valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da área total do terreno do empreendimento: necessária apresentação de matrícula do terreno a ser doado, ou <input type="checkbox"/> Depositará no FUNDURB, em sua conta segregada para Habitação de Interesse Social, 10% (dez por cento) do valor da área total do terreno: necessária apresentação do comprovante de depósito de 50% (cinquenta por cento) do valor devido no FUNDURB.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.2. É prevista doação para alargamento de passeio público? Necessária apresentação de: <input type="checkbox"/> Registro da doação, ou <input type="checkbox"/> Documentação para análise conforme legislação vigente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.3. O projeto prevê pagamento de Outorga Onerosa? Necessária apresentação de: <input type="checkbox"/> Comprovante de pagamento integral.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.4. Existe divergência superior a 5% entre a área e/ou dimensão Real e de Escritura do terreno? Necessária apresentação de: 6.5. Título de propriedade reti-ratificado junto ao C.R.I., exceto nos casos envolvendo EHIS, EHMP e EZEIS (Art. 66 do Decreto nº 57.377/16). Área de terreno retificada:m ²	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. DOCUMENTOS E CONSULTAS PRÉVIAS VARIÁVEIS DE ACORDO COM O PROJETO (quando houver alteração com relação ao aprovado)		
	SIM	NÃO

<p>7.1. Imóvel enquadrado nos termos do Art. 59 da Lei nº 16.402/16? Necessária apresentação de:</p> <p><input type="checkbox"/> Escritura primitiva/contrato padrão do loteamento.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>7.2. Definição do nível do pavimento térreo em terreno com características específicas (§§3º e 4º do Art. 61 da Lei nº 16.402/16 e do Art. 12 do Decreto nº 57.286/16) ou imóvel com recalques/problemas geotécnicos (Art. 72 da Lei nº 16.402/16 e Anexo I do Decreto nº 57.521/16)? Necessária deliberação da CEUSO. Em caso afirmativo:</p> <p><input type="checkbox"/> Possui PRONUNCIAMENTO emitido pela CEUSO, ou</p> <p><input type="checkbox"/> Apresenta documentação exigida pela Resolução nº 131/CEUSO/2018, para análise pela Comissão no fluxo do Aprova Rápido.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>7.3. O projeto se utiliza do disposto no inciso II do Art. 60 da Lei nº 16.402/16 e no Art. 374 da Lei nº 16.050/14? Em caso afirmativo:</p> <p><input type="checkbox"/> Apresenta documentação comprobatória, conforme Art. 12 do Decreto nº 56.089/15, que regulamentou a Lei nº 16.050/14.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>7.4. Declarações, de acordo com o projeto (Seção 3.B da Portaria nº 221/SMUL-G/2017):</p> <p><input type="checkbox"/> Declaração para licenciamento de elevadores,</p> <p><input type="checkbox"/> Declaração para movimento de terra,</p> <p><input type="checkbox"/> Declaração para licenciamento de tanques e bombas.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>7.5. Imóvel em que incidem outras restrições, se fazendo necessária a apresentação das anuências dos órgãos competentes:</p> <p><input type="checkbox"/> ENEL</p> <p><input type="checkbox"/> METRÔ</p> <p><input type="checkbox"/> CPTM</p> <p><input type="checkbox"/> SABESP</p> <p><input type="checkbox"/> Outros:</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>7.6. Imóvel inserido nas Áreas de Mananciais? Necessária apresentação de:</p> <p><input type="checkbox"/> Alvará de Licença emitido pela CETESB.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>7.7. Imóvel em que incide preservação de patrimônio das esferas estadual e/ou federal:</p> <p><input type="checkbox"/> Com parecer do CONDEPHAAT e respectivas plantas vistas, e/ou</p> <p><input type="checkbox"/> Com parecer do IPHAN e respectivas plantas vistas.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>7.8. SP URBANISMO Necessária apresentação de:</p> <p><input type="checkbox"/> Protocolo do pedido ou Certidão da referida operação,</p> <p><input type="checkbox"/> Plantas com demarcação dos melhoramentos da referida operação urbana, quando houver.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>7.9. O imóvel envolve a necessidade de investigação ambiental em áreas potencialmente contaminadas, suspeitas de contaminação, contaminadas e em monitoramento para encerramento? Obs.: verificar ficha técnica, São Paulo mais fácil, histórico industrial no título de propriedade ou IPTU.</p> <p><input type="checkbox"/> Parecer Técnico favorável ao Plano de Intervenção para Reutilização para o uso pretendido (CETESB), ou</p> <p><input type="checkbox"/> Termo de Reabilitação da área para o uso pretendido (CETESB), ou</p> <p><input type="checkbox"/> Parecer Técnico sobre Avaliação Preliminar (CETESB), ou</p> <p><input type="checkbox"/> Investigação Confirmatória (CETESB), ou</p> <p><input type="checkbox"/> Documento equivalente de SVMA/DECONT.</p>		

8. PARTICIPAÇÃO DE OUTRAS SECRETARIAS e/ou ÓRGÃOS MUNICIPAIS, ALÉM DA SEL (Preencher 'SIM' somente quando houver informação adicional na ficha técnica, posterior à emissão do Alvará de Aprovação, ou quando forem propostas alterações no projeto)		
	SIM	NÃO
8.1.1. SVMA/GTMAPP e TCA Necessária apresentação de documentos relacionados na Instrução Normativa nº 004/SEL-G/2019.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.1.2. SVMA/GTAC Necessária apresentação de parecer favorável ou documentação para análise.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.2. SMT/CET Necessária apresentação de documentos relacionados na Instrução Normativa nº 004/SEL-G/2019.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.3. DPH/CONPRESP <input type="checkbox"/> Imóvel tombado, <input type="checkbox"/> Imóvel em processo de tombamento, <input type="checkbox"/> Imóvel em área envoltória de bem tombado, <input type="checkbox"/> Imóvel em área envoltória de bem em processo de tombamento.		
8.4. SIURB/PROJ 8.5. Imóvel atingido por plano de melhoramento viário aprovado por lei posterior à data de 08/11/1988; 8.6. Imóvel objeto de faixa "non aedificandi": <input type="checkbox"/> Córrego canalizado, <input type="checkbox"/> Galerias internas ao lote, <input type="checkbox"/> Galerias lindeiras ao lote. 8.7. Outros:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.8. DESAP (PGM)/ CGPATRI (SMG) Obs. Deverá ser assinalada a interface quando, constatada uma das hipóteses deste subitem, ainda não houver parecer e/ou demarcação nas peças gráficas por SIURB/PROJ. Imóvel objeto de desapropriação: incidência de desapropriação ajuizada com ou sem imissão de posse relativa a: <input type="checkbox"/> DIS <input type="checkbox"/> DUP	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9. PARÂMETROS E EXIGÊNCIAS BÁSICAS DO PDE, DA LOE E DA LPUOS, COM ATENDIMENTO OBRIGATÓRIO (Art. 21 do Decreto nº 57.776/17 que regulamentou o Art. 27 da Lei nº 16.642/17)		
9.1. <u>Dados gerais</u>		
	Projeto APROVADO	Projeto MODIFICATIVO
Área do terreno	Escritura: Real:	Escritura: Real:
SQL/INCRA envolvido(s)		
Subcategoria(s) de uso		

9.2. Índices urbanísticos e parâmetros de ocupação				
	Legislação Quadro 4 anexo à Lei nº 16.402/16 ou Quadro 2 anexo do Decreto nº 57.521/16 (EHIS/EHMP/EZEIS)	Projeto APROVADO	Projeto MODIFICATIVO	
Área computável				
Área não computável				
Área total				
Coeficiente de aproveitamento				
Área de projeção/Taxa de ocupação				
Área permeável/Taxa de permeabilidade				
Gabarito				
Altura total (COMAER)				
Recuos frontais				
Recuos laterais de fundos				
Vagas de auto + P.N.E.				
Quota máxima de terreno por unidade (uso residencial)				
Quota ambiental				
			SIM	NÃO
9.2.1. O projeto se utiliza de algum benefício ou exceção relacionados aos índices e parâmetros (gabarito, supressão de recuos, uso incentivado, etc.)? Em caso afirmativo, especificar abaixo: _____ _____ _____			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

10. DA OCUPAÇÃO INCENTIVADA OU CONDICIONADA		
	SIM	NÃO
10.1. Fruição Pública (Art. 70 da Lei nº 16.402/17): <input type="checkbox"/> Obrigatória: inciso I do Art. 87 da Lei nº 16.402/16 (10.000m ² < At <	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	20.000m ²) nas ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP, ZC e ZCa; <input type="checkbox"/> Opcional: Art. 88 da Lei nº 16.402/16 (At < 10.000m ²) nas ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP, ZC e ZCa.		
10.2.	Fachada Ativa (Art. 71 da Lei nº 16.402/17): <input type="checkbox"/> Obrigatória: inciso II do Art. 87 da Lei nº 16.402/16 (10.000m ² < At < 20.000m ²) nas ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP, ZC e ZCa; <input type="checkbox"/> Opcional: para fins de aplicação ao benefício estabelecido pelo inciso VII do Art. 62 da Lei nº 16.402/16.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10.3.	Benefício para uso nR incentivado nas edificações com uso misto com fachada ativa (para fins de aplicação do inciso VIII do Art. 62 da Lei nº 16.402/16).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11. DECLARAÇÕES

- DECLARO que **não** existem processos em andamento para o(s) imóvel(s) em questão.
- DECLARO que existem os seguintes processos em andamento para o(s) imóvel(s) em questão:
.....
.....
.....
.....
.....

DECLARO, ainda:

I) Ter ciência de que, no caso em que não for admissível a aplicação do procedimento APROVA RÁPIDO, o pedido prosseguirá pela via ordinária de aprovação de projetos;

II) Serem as informações aqui prestadas verdadeiras.

São Paulo, de ____ de _____ 20 ____.

Proprietário (ou possuidor)

Responsável técnico pelo projeto
CREA/CAU nº _____

Responsável técnico pela obra
CREA/CAU nº _____